

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCRN Nº 2023/000061

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: RANGEL FRANCISCO PINTO

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. FATO 1 ARQUIVADO; FATO 2 MANTIDO. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. EXERCÍCIO IRREGULAR DA PROFISSÃO. MANUTENÇÃO DE EMPREGADA SEM REGISTRO PROFISSIONAL EM FUNÇÕES PRIVATIVAS DE CONTADOR. INFRAÇÃO AOS ARTS. 15 E 20 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46. SÚMULAS CFC Nº 13 E Nº 14. DEFESA TEMPESTIVA. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. IRRELEVÂNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. MANUTENÇÃO DA MULTA. 1. EMPRESA AUTUADA POR DEIXAR DE COMPROVAR QUE SEUS EMPREGADOS QUE DESEMPENHAVAM FUNÇÕES PRIVATIVAS DA PROFISSÃO CONTÁBIL ERAM DEVIDAMENTE HABILITADOS E REGISTRADOS PERANTE O CRC, ALÉM DE ADMITIR E MANTER FUNCIONÁRIA (LAISE BEZERRA DA SILVA) NA FUNÇÃO DE CONTADORA, SEM REGISTRO PROFISSIONAL. 2. DEFESA TEMPESTIVA ALEGANDO ERRO EM REGISTROS DA RAIS/CAGED E QUE A EMPREGADA EXERCIA FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE CONTROLADORIA, NÃO CORRESPONDENTES A ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DA CONTABILIDADE. 3. PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS (RAIS/CAGED E ENQUADRAMENTO NORMATIVO DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.640/2021) CONFIRMAM QUE AS FUNÇÕES EXERCIDAS PELA FUNCIONÁRIA ASSISTENTE E ANALISTA DE CONTROLADORIA SÃO CLASSIFICADAS COMO PRIVATIVAS DE CONTADOR. 4. A JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA DO CFC É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE A INFRAÇÃO É DE NATUREZA OBJETIVA: BASTA A CONSTATAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONTÁBIL POR PESSOA NÃO REGISTRADA PARA A CARACTERIZAÇÃO DA IRREGULARIDADE, SENDO IRRELEVANTE A ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL NOS CADASTROS OU DE DESCONHECIMENTO. 5. A RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PELA ADMISSÃO E MANUTENÇÃO DE LEIGOS EM FUNÇÕES PRIVATIVAS É DIRETA, CONFIGURANDO ACOBERTAMENTO DO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO, VEDADO PELOS ARTS. 15 E 20 DO DL Nº 9.295/46. 6. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR NÃO AFASTA A INFRAÇÃO, SERVINDO APENAS COMO EVENTUAL ATENUANTE NA DOSIMETRIA. NO CASO, CORRETAMENTE FIXADA A MULTA EM 7 ANUIDADES, CONSIDERANDO O PERÍODO DE 10 ANOS DE TRANSGRESSÃO, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA ISONOMIA. 6. RECURSO VOLUNTÁRIO IMPROVIDO, COM MANUTENÇÃO DA DECISÃO REGIONAL.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 3.759,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS)**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.680/2022. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 440ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.